

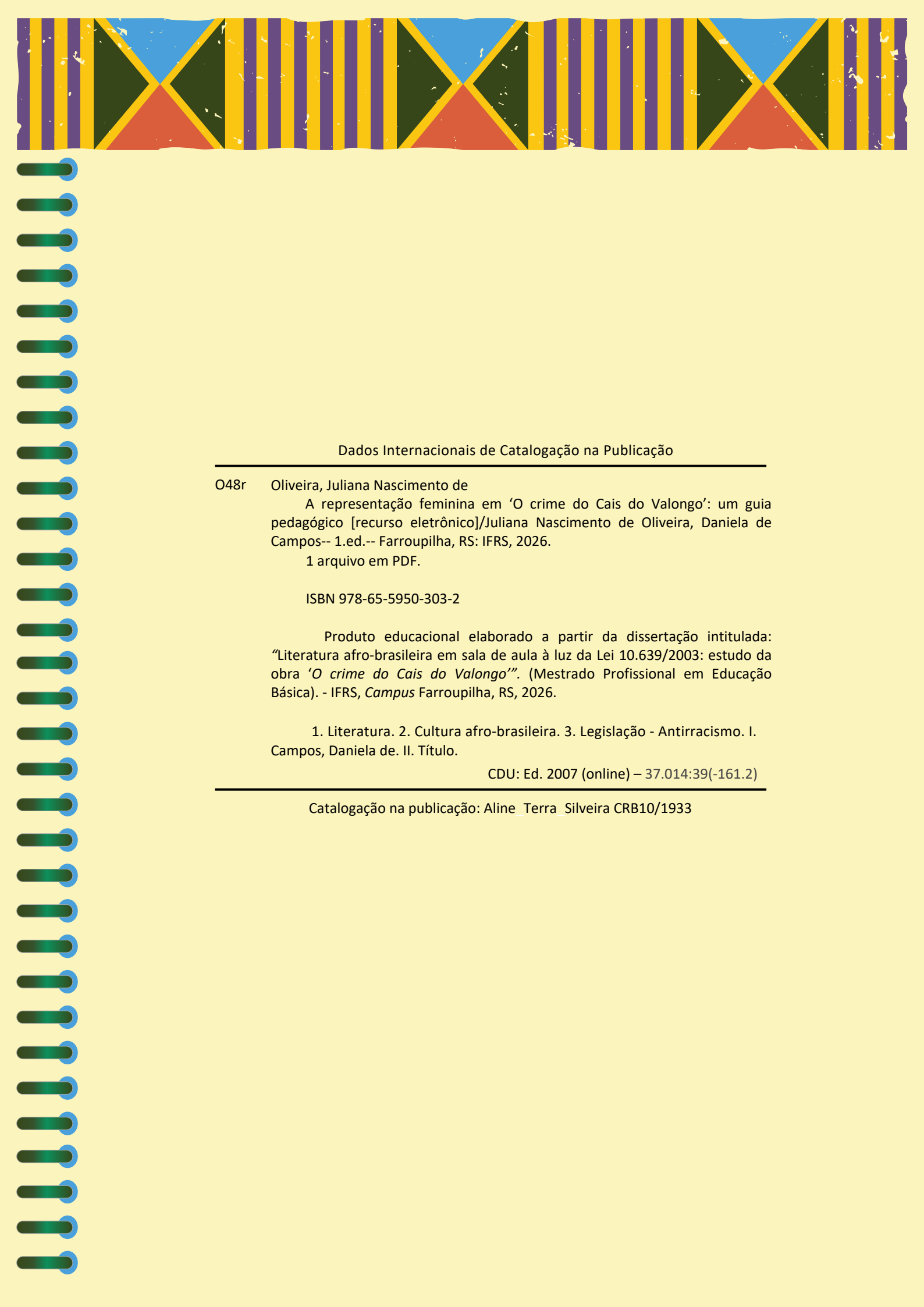


**A REPRESENTAÇÃO FEMININA EM O
CRIME DO CAIS DO VALONGO:
um guia pedagógico**



JULIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA





Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

O48r Oliveira, Juliana Nascimento de
A representação feminina em 'O crime do Cais do Valongo': um guia pedagógico [recurso eletrônico]/Juliana Nascimento de Oliveira, Daniela de Campos-- 1.ed.-- Farroupilha, RS: IFRS, 2026.
1 arquivo em PDF.

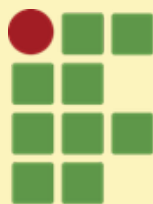
ISBN 978-65-5950-303-2

Produto educacional elaborado a partir da dissertação intitulada: "Literatura afro-brasileira em sala de aula à luz da Lei 10.639/2003: estudo da obra '*O crime do Cais do Valongo*'". (Mestrado Profissional em Educação Básica). - IFRS, *Campus* Farroupilha, RS, 2026.

1. Literatura. 2. Cultura afro-brasileira. 3. Legislação - Antirracismo. I. Campos, Daniela de. II. Título.

CDU: Ed. 2007 (online) – 37.014:39(-161.2)

Catalogação na publicação: Aline Terra Silveira CRB10/1933



INSTITUTO FEDERAL

Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha



JULIANA NASCIMENTO DE OLIVEIRA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BÁSICA

DESCRIÇÃO TÉCNICA DO PRODUTO EDUCACIONAL

Nível de Ensino: Educação Básica.

Público-alvo: Professores atuantes na Educação Básica.

Categoria deste produto: Material Didático.

Finalidade: Auxiliar professores na utilização da literatura como ferramenta de aplicação da Lei n.º 10.639/2003.


Disponibilidade: Irrestrita, mantendo-se o respeito à autoria do produto, não sendo permitido uso comercial por terceiros.

Processo de validação: Mediante banca de defesa do trabalho final.

Idioma: Português. **Cidade:** Farroupilha. **Ano:** 2025.

Origem do produto: Produto elaborado a partir do projeto de pesquisa intitulado "Literatura afro-brasileira em sala de aula à luz da Lei n.º 10.639/2003: estudo da obra O crime do Cais do Valongo", desenvolvido no Mestrado Profissional em Educação Básica – do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Diagramação/Ilustração: Ateliê do Texto.



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL**

JÚLIO XANDRO HECK
Reitor

FÁBIO AZAMBUJA MARÇAL
Pró-Reitor de Ensino

FLÁVIA SANTOS TWARDOWSKI PINTO
Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação

TATIANA WEBER
Pró-Reitora de Administração

LUCAS CORADINI
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

MARLOVA BENEDETTI
Pró-Reitora de Extensão

IFRS – CAMPUS FARROUPILHA

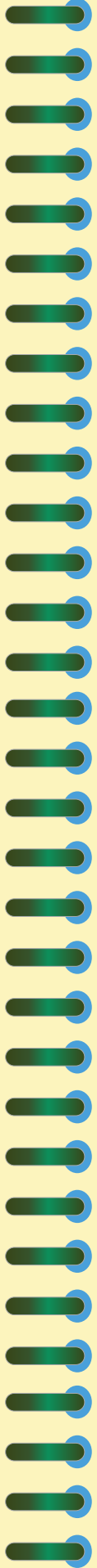
LEANDRO LUMBIERI
Diretor-Geral

PATRICK ESCALANTE FARIAS
Diretor de Ensino

MARCOS ANTONIO PECCIN JÚNIOR
Coordenação de Extensão

FELIPE MARTIN SAMPAIO
Coordenação de Pesquisa

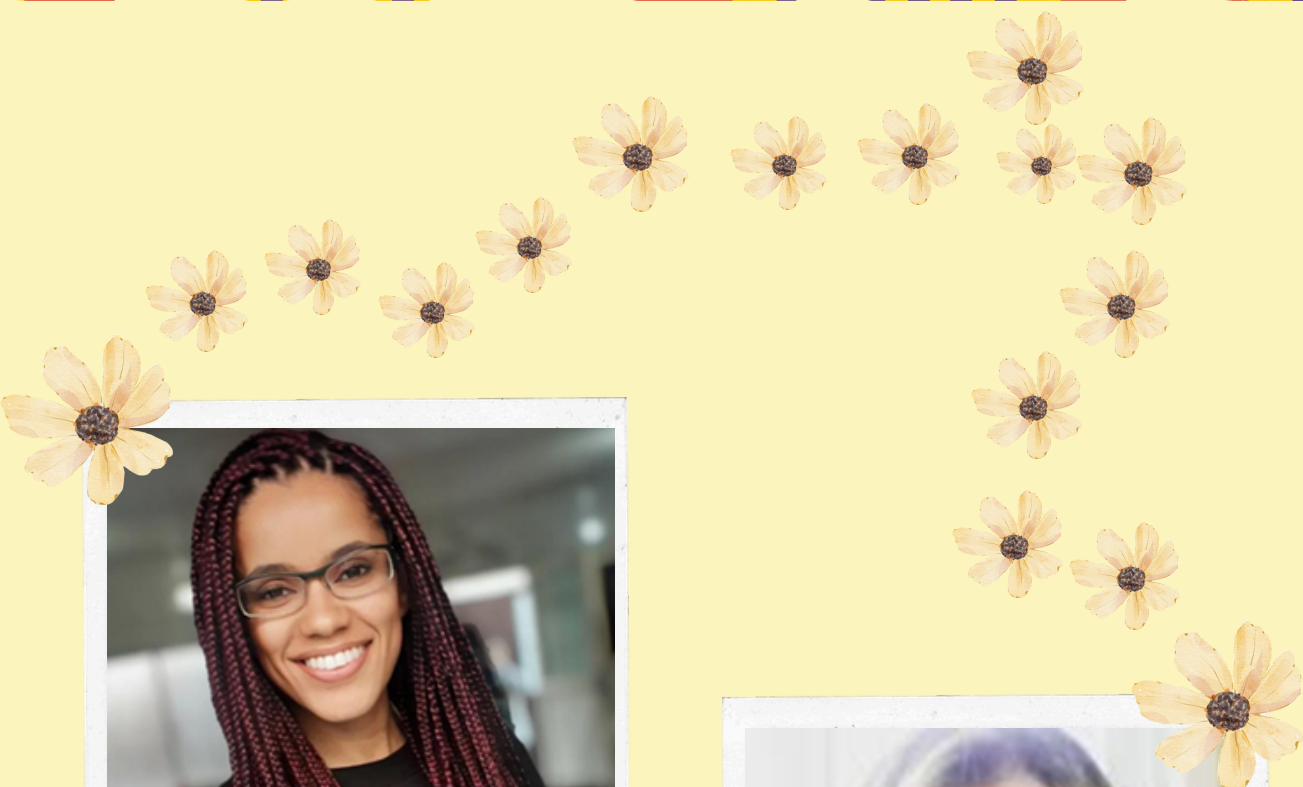
SAMANTHA DIAS DE LIMA
Coordenadora do Mestrado Profissional em Educação Básica



Colegas Professoras e Professores,

as imagens utilizadas neste material são de arquivos pessoais, geradas por inteligência artificial e/ou de *sites* abertos de acesso público e gratuito.

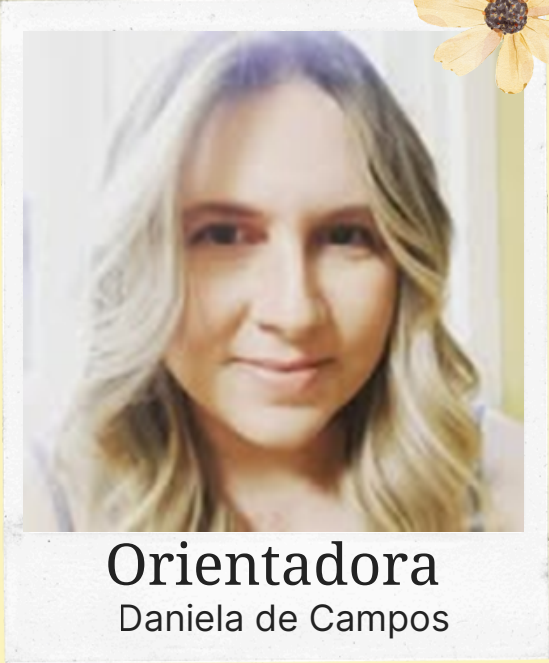
Em todos os casos, as fontes foram citadas e, quando as imagens foram retiradas de *sites*, estes se encontram devidamente referenciados.



Autora

Juliana Nascimento de Oliveira

Licenciada em Ciências Sociais e Letras. Especialista em Educação e Mestranda em Educação Básica (IFRS). Professora do Ensino Médio na rede estadual do Rio Grande do Sul (2018-2024). Atualmente, professora da rede municipal de Jaguaruna, em Santa Catarina.



Orientadora

Daniela de Campos

Licenciada, Mestre e Doutora em História. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação Básica do IFRS - *Campus Farroupilha*.





SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	08
CAIS DO VALONGO: PASSADO E PRESENTE	12
OBRA E AUTORA: <i>O CRIME DO CAIS DO VALONGO</i>, DE ELIANA ALVES CRUZ	19
A PRESENÇA FEMININA NA OBRA	22
ABORDAGEM NA ESCOLA	30
<i>Abordagens possíveis na sala de aula</i>	32
AGRADECIMENTOS	48
REFERÊNCIAS	50





APRESENTAÇÃO





APRESENTAÇÃO

Colega professora e professor,



se você está aqui é porque, de alguma maneira, a literatura desperta seu interesse e, portanto, quiçá, temos algo em comum. Preparamos esta apresentação para dar início à nossa conversa, por isso, seremos breve.

Este caderno pedagógico foi pensado, justamente, pela crença na ideia de que a literatura desempenha um papel civilizatório, por ser um importante instrumento de problematização da sociedade à medida que, em muitos casos, revisita a história a partir de outras lentes, não se deixando cair nos “perigos de uma história única”, como nos alerta a escritora nigeriana Chimamanda Adichie.

O principal suporte e inspiração para a criação deste material foi a Lei n.º 10.639/2003, que, em seu Artigo 26-A, determina que todas as escolas do país, públicas e privadas, têm o dever de trabalhar, em todo o currículo, a história e cultura africana e afro-brasileira, o papel do negro na formação da sociedade nacional, bem como sua contribuição nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Tal legislação dá ênfase ao importante papel das disciplinas de Arte, Literatura e História, para sua implementação.

No entanto, até chegarmos à criação dessa lei, em 2003, um longo caminho foi percorrido e muitas lutas empreendidas pelo Movimento Negro, sobretudo, a partir dos anos de 1970, que, desde então, reivindica, entre outras coisas, o reconhecimento da nossa riqueza cultural e nossa contribuição para a formação histórica, política e social do Brasil.

Ainda como suporte na implementação dessa lei, podemos levar em conta a participação do Brasil, em 2001, na Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, em Durban, na África do Sul. Esse evento resultou em um documento intitulado “Declaração e Programa de Ação”, no qual os Estados participantes foram orientados a “estabelecerem e implementarem, sem demora, políticas e planos de ação nacionais para combater o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, incluindo as manifestações baseadas em gênero” (Brasil, 2001, p. 55).





Logo após a promulgação da Lei n.º 10.639/2003, foi criado, no Brasil, um documento intitulado “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”, tendo como um dos objetivos “oferecer uma resposta na área da educação, à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade” (Brasil, 2004, p. 10).

Toda essa legislação tem o intuito de desconstruir um discurso hegemônico que insiste, há séculos, em caracterizar/classificar a população negra a partir de parâmetros eurocêntricos, desconsiderando toda a sofisticação cultural negra, oriunda, em grande medida, de culturas africanas. O professor congolês Kabengele Munanga (2006, p. 48) infere que o Brasil, “por ser um país que justamente nasceu do encontro das culturas e civilizações, não pode fugir desse encontro”, que, na atual conjuntura do país, só se faz possível a partir de políticas de ações afirmativas.

No campo da educação, Sueli Carneiro (2023), uma das mais importantes pensadoras brasileiras contemporâneas que se debruça sobre questões étnico-raciais, reitera que, no que se refere ao sistema educacional brasileiro, as representações do negro são reiteradamente produzidas por processos escolares que reforçam apenas a condição de escravo e o martírio ao qual foram sujeitados. Menciona, ainda, como a ciência reforçou a ideia de inferiorização, levando com isso, ao epistemicídio^[1] e, segundo ela, “demais cídios” da comunidade negra (Carneiro, 2023).

[1] Em sua tese, Sueli Carneiro utiliza o conceito de epistemicídio para explicar as formas de anulação do negro no Brasil. Destruir as formas de conhecimento da cultura dominada no contexto de tensão racial é, assim, parte de uma estratégia de subjugação e desumanização. Ver em: <https://colunastortas.com.br/o-epistemicidio-negro-sueli-carneiro/>





No mesmo panteão do qual faz parte Sueli Carneiro (2023), temos Nilma Lino Gomes (2018), que transmite ao campo da educação uma perspectiva inovadora que trata da descolonização dos currículos escolares. Para ela, a perspectiva negra decolonial brasileira “dá legitimidade aos saberes acadêmicos, políticos, identitários e estético-corpóreos negros” (Gomes, 2018, p. 249). Essa perspectiva, segundo a autora, trabalha com a ideia do Movimento Negro brasileiro sendo “produtor e sistematizador de saberes” (Gomes, 2018, p. 249).

No campo específico da Literatura, que é o objeto deste caderno pedagógico, Zilá Bernd (2011) refere que, a partir do surgimento de escritores e escritoras negros e negras, houve um movimento da fala à escrita, fazendo nascer, assim, uma literatura com características próprias, chamada de “literatura afro-brasileira”. Segundo ela, essa denominação/circunscrição é importante, pois transcende o grande guarda-chuva entendido como literatura brasileira que, em regra geral, destinou ao negro a periferia literária, representando-o sempre em personagens estereotipadas e dando subsídios para comportamentos racistas, já bastante comuns na sociedade brasileira (Bernd, 2011).

Com a construção de personagens negros, por esses autores e autoras, há uma superação de um tipo hegemônico de literatura em que o negro era o “outro”, o “objeto” e passa “a sujeito da enunciação, ou seja, aquele que fala em primeira pessoa do singular ou do plural” (Bernd, 2011, p. 33).

Posto isso, convidamos todas e todos a conhecer o Cais do Valongo, o monumento histórico que serviu de cenário à obra escolhida para o desenvolvimento deste trabalho.





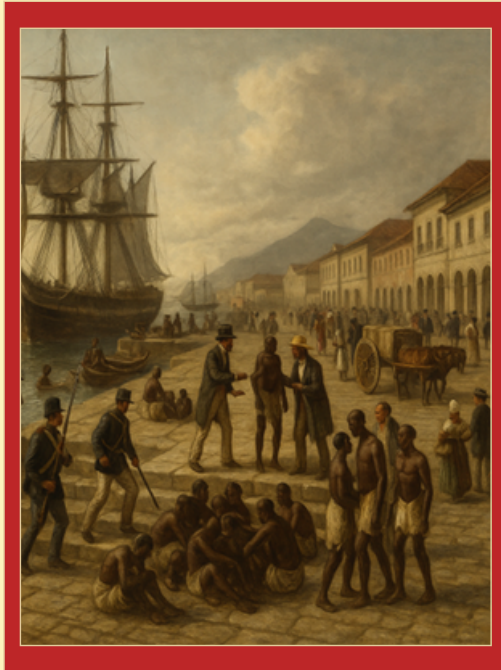
CAIS DO VALONGO: PASSADO E PRESENTE





CAIS DO VALONGO: passado e presente

Figura 1 - Cais do Valongo Séc. XIX



Fonte: gerada por Inteligência Artificial

De acordo com Carlos Eugênio Líbano Soares (2018), cada um desses espaços desempenhava uma função específica no processo que ia desde o desembarque até a venda de homens, mulheres e crianças arrancados de sua terra e transferidos em condições desumanas para serem escravizados no Brasil.

Em 1774, na cidade do Rio de Janeiro, o marquês do Lavradio ordenou a transferência do mercado de escravos, que ficava à Rua Direita, uma área nobre da cidade, para um local mais afastado onde pudessem ser desembarcados os pretos novos, como eram chamados os africanos recém-chegados no Brasil, numa nítida tentativa de esconder ou afastar das vistas de todos algo que desagradava aos olhos, mas fazia muito bem aos negócios dos ditos “homens de bem”. Assim, na freguesia de Santa Rita, numa área espremida entre morros, foi criado o complexo do Valongo, formado por quatro setores articulados: rua do Valongo, Lazareto dos escravos, Cemitério dos Pretos Novos e o Cais do Valongo.

Figura 2 - Cais do Valongo atualmente



Fonte: arquivo pessoal

Figura 3 - Região do Valongo Séc. XIX



Fonte: gerada por Inteligência Artificial

A região que compreendia o Valongo era assim formada:

- 👉 **Rua do Valongo:** principal local onde se concentravam as lojas de venda de escravizados.
- 👉 **Lazareto dos escravos:** hospital para atendimentos dos cativos africanos que chegavam enfermos após a travessia do Atlântico.
- 👉 **Cemitério dos Pretos Novos:** onde eram enterrados os africanos que chegavam mortos ou morriam antes de serem vendidos.
- 👉 **Cais Do Valongo:** construído para substituir uma antiga ponte de madeira usada para desembarcar os escravizados desde 1774.



Cerca de 1 milhão de escravizados circularam pela região do Valongo, fazendo do Rio de Janeiro o maior mercado escravista do país. A maioria desses homens e mulheres era levada para trabalhar na extração de ouro em Minas Gerais e nas fazendas de café no Vale do Paraíba, em São Paulo. Pelo expressivo número de africanos, a região ficou conhecida como Pequena África. A presença dessa população causou profundos impactos culturais, visíveis ainda hoje, na região.

Segundo Carlos Eugênio Líbano Soares (2018), personagens de grande destaque na história negra do país têm forte ligação com a região do Valongo. A saber: Príncipe Obá, ou Cândido da Fonseca Galvão, filho de africanos e herói da Guerra do Paraguai, jornalista e militante de causas raciais; Tia Ciata, ou Hilária Batista de Almeida, grande sacerdotisa do culto dos orixás; Hilário Jovino Ferreira, figura lendária da formação das escolas de samba e do carnaval carioca; Machado de Assis, entre outros. A região também foi palco das mais importantes obras de André Rebouças, primeiro engenheiro negro da Escola Politécnica do Largo de São Francisco de Paula (Soares, 2018).

Figura 4 - Hilário Jovino e Joana



Fonte: arquivo pessoal



A Figura 4 retrata o mosaico localizado na região da pequena África, representando Hilário Jovino e Joana, primeiro casal de mestre-sala e porta-bandeira do Rio de Janeiro.



Figura 5 - Mosaico Tia Ciata



Fonte: arquivo pessoal



A Figura 5 apresenta a imagem de Tia Ciata, localizada próxima à Pedra do Sal, importante reduto da comunidade negra do Rio de Janeiro e com enorme representatividade espiritual e cultural ainda hoje.

O Cais do Valongo, espaço de grande relevância para a logística comercial de escravizados na cidade do Rio de Janeiro, foi a única obra de infraestrutura portuária construída em pedra durante o governo de D. João VI no Brasil, rendendo ao monarca grande prestígio entre os comerciantes da cidade. Erguido pela Intendência Geral de Polícia da Cidade do Rio de Janeiro, em 1813, o Cais do Valongo foi reconhecido como único local legal para desembarque de escravos na cidade do Rio de Janeiro.

Em 1831, com a abolição do comércio legal de escravizados, o cais foi desativado, passando, em 1834, por uma reformulação para as celebrações da chegada de Teresa Cristina, futura esposa de D. Pedro II, passando a chamar-se Cais da Imperatriz. O legado de D. João VI ficou cristalizado no Brasil por grandes obras como o Jardim Botânico, Biblioteca Nacional, Imprensa Régia, porém o Valongo, amaldiçoado pela memória do cativo, sofreu um apagamento profundo por mais de 170 anos.



Em 2011, nas obras de revitalização da zona portuária do projeto Porto Maravilha, na preparação da cidade do Rio de Janeiro para sediar os jogos olímpicos de 2016, durante as escavações foram encontrados resquícios de dois cais de pedras datados do século XIX: o Cais da Imperatriz e o Cais do Valongo.

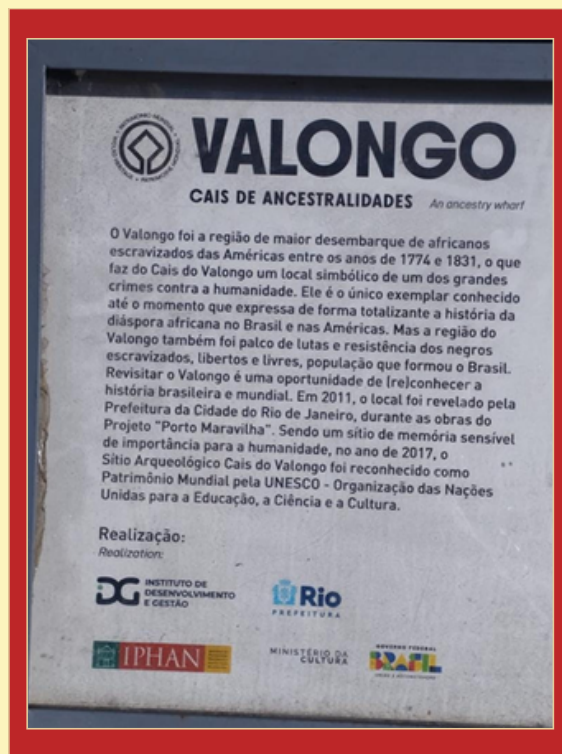
Em 2016, um grande grupo de trabalho — formado por antropólogos, arquitetos, historiadores, arqueólogos e outros profissionais — prepararam, sob coordenação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com apoio da Presidência da República, Ministério da Cultura e Prefeitura do Rio de Janeiro, um dossiê com uma proposta de inscrição do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo na lista do patrimônio mundial da UNESCO.

Figura 6 - Monumento, Sítio Arqueológico do Cais do Valongo.





Fonte: arquivo pessoal

Figura 7 - Monumento, Sítio Arqueológico do Cais do Valongo - detalhe.



Fonte: arquivo pessoal





Dos muitos trechos do dossiê que poderiam ser mencionados, optamos por reproduzir as palavras do historiador Alberto da Costa e Silva, membro do Conselho Consultivo para elaboração da proposta de candidatura do Cais do Valongo a Patrimônio da Humanidade:

O Cais do Valongo merece ser considerado pela UNESCO patrimônio da humanidade porque é o sítio de memória da escravidão mais completo que se conhece. Ele tem importância não apenas para a história brasileira e, portanto, para a nossa vida como nação, mas também para a história do mundo. Dizia o escritor nigeriano Chinua Achebe que a história não é boa nem má; que a história é, e nós somos esta história, com seus momentos luminosos e demorados e terríveis pesadelos, como este que parecia interminável e que nos deixou como cicatrizes profundas monumentos como o Valongo, monumentos vivos, que não precisam de nenhum texto a elucidá-los, que são pelo que são, e nos comovem pelas pedras que pisamos e pelas pedras que olhamos, pedras que receberam, depois de uma medonha viagem, os pés de muitos de nossos antepassados, e que contam um pouco desse longo capítulo trágico e espantoso da história dos homens sobre a face da Terra (IPHAN, 2016).

Em 2017, a UNESCO concedeu ao Cais do Valongo o título de patrimônio da humanidade.





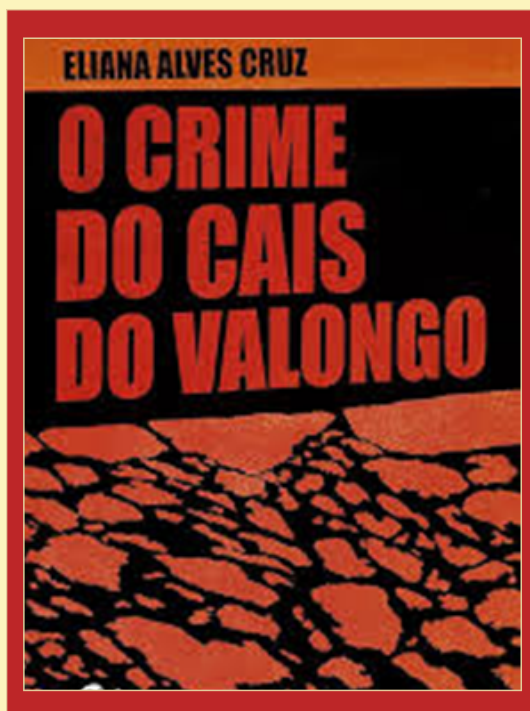
OBRA E AUTORA: *O CRIME DO CAIS DO VALONGO*, DE ELIANA ALVES CRUZ





OBRA E AUTORA: *O crime do Cais do Valongo*, de Eliana Alves Cruz



Figura 8 - Capa do livro



Fonte: arquivo pessoal

O crime do Cais do Valongo (Cruz, 2024) é uma obra que oferece condições de atender à Lei n.º 10.639/2003, bem como às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais, quando essas orientam para a valorização da história e cultura africana e afro-brasileira.

Trata-se de uma história que se passa no Rio de Janeiro, no início do século XIX, na região do Valongo, conhecida hoje como Pequena África. O texto aborda a saga da jovem moçambicana, Muana, trazida para o Brasil como escrava, em 1810. O anúncio de um assassinato marca o início da trama, que, na sequência, passa a tratar das relações da espiritualidade de Muana e também de outros personagens: Roza, Mariano, Tereza e Nuno.



O crime que aconteceu no Cais do Valongo apresentado no início da narrativa é desvendado ao final da história, no entanto é apenas um motivo para a autora desenrolar o enredo, que tem como principal característica a violência da escravidão e a maneira como a população negra resistiu, de diferentes formas, dando ênfase ao papel das mulheres nessa resistência.

A partir das três personagens femininas da obra é possível observar a valorização da presença das mulheres negras na história brasileira que, de muitas formas, resistiam à escravidão mediante, entre outras coisas, o domínio da leitura e escrita, de tecnologias ancestrais africanas e da capacidade de comunicação. Além disso, a autora traz detalhes sobre formas de organizações sociais no continente africano, religiosidades, mitologias, crenças e relação com a natureza.

Eliana Alves Cruz, autora da obra *O crime do Cais do Valongo*, é uma mulher negra, nascida no Rio de Janeiro, com formação em Comunicação Social. Embora tenha atuado como jornalista esportiva e construído um louvável currículo na área, é na literatura que tem ganhado destaque nos últimos anos. Isso se deu após ter vencido o Prêmio Oliveira Silveira, da Fundação Cultural Palmares, em 2015, com o romance *Água de Barrela*, no qual faz um resgate da memória de seus antepassados; e, o Prêmio Jabuti, em 2022, na categoria Contos, com a obra *A Vestida* (2022), em que aborda temas como feminismo, antirracismo e questões sociais. Além desses, Eliana Alves Cruz é autora de mais dois romances intitulados *Nada digo de ti que em ti não veja* (2020) e *Solitária* (2022). Possui, ainda, publicações em antologias como *Cadernos Negros*, 2016 e 2017.





A PRESENÇA FEMININA NA OBRA





A PRESENÇA FEMININA NA OBRA

A literatura de Eliana Alves Cruz possibilita uma profunda reflexão sobre a escravidão como uma estrutura fundante do Brasil, uma vez que esta fez parte do projeto de dominação colonial protagonizado pelos europeus, sobretudo, a partir do século XVI (Oliveira; Lima; Marchetto, 2024). No entanto a autora prefere focalizar esse tema dando ênfase e papel de destaque a personagens que outrora estariam marcadas apenas pela condição de escravizadas.

Nesse sentido, agora, centremos a análise em Muana, Roza e Tereza — três mulheres escravizadas que nos ajudam a pensar a existência negra para além do estereótipo da escravidão, buscando entender a riqueza cultural tanto das questões materiais quanto subjetivas. Todas buscavam maneiras de resistência, fosse pela leitura e escrita, pelo comércio de pequenos produtos ou, ainda, pelo desenvolvimento das sabedorias ancestrais africanas.

A trajetória narrada de cada uma dessas personagens corrobora a desconstrução da ideia de que a escravidão foi aceita de maneira passiva, como sugere a educação tradicional ao oferecer nenhuma, ou muito pouca, informação sobre as muitas formas de resistência por parte da comunidade negra no Brasil (Oliveira; Lima; Marchetto, 2024).

Figura 9 - Muana



Fonte: gerada por Inteligência Artificial

Muana é a personagem principal da história. Uma jovem moçambicana que, após ter sido forçada a abandonar, com sua família, o vilarejo onde nascera, é capturada e trazida ao Rio de Janeiro por volta dos dez anos de idade. Foi comprada pelo importante comerciante Sr. Bernardo Lourenço.

Como era de costume, todos os africanos recém-chegados ao Brasil passavam um período de quarentena para estar saudáveis para serem vendidos ou levados por seus donos. No Rio de Janeiro, esse lugar que servia como uma espécie de hospital, porém em condições muito precárias, era chamado de Lazareto. Durante sua passagem por lá, Muana teve a possibilidade de aprender a ler e escrever.

Os primeiros contatos com leitura e escrita em língua portuguesa foram ainda em Moçambique, quando passou uma temporada escondida em um mosteiro.





Minha surpresa foi ver muitos livros com a escrita igual à do livro de Nurdin e em línguas as mais diversas. Comentei com Umpulla em um raro encontro e ele me disse para decorar as formas com as letras iguais as da colônia portuguesa e tentar saber o que significavam. Dizia que podia servir para alguma coisa no futuro. [...] Idealizamos uma forma engenhosa de aprender o que significavam as letras (Cruz, 2024, p. 119).

Todavia, com a freira da qual se tornou ajudante no Lazareto, é que, definitivamente, alfabetizou-se.

A irmã tomou-me como ajudante. No entanto, como eu arrumaria os frascos sem misturá-los se não sabia ler corretamente? Mesmo com medo do que estava a fazer, ela arriscou e ensinou-me. Eu tentava decifrar tudo mais que tivesse escrita ao alcance dos olhos (Cruz, 2024, p. 23).

O fato de Muana ter domínio da leitura e escrita colocava-a numa posição à frente não só de outros escravizados, mas de praticamente todas as mulheres brancas e de muitos senhores de escravos. Este era um dos motivos pelos quais ela mantinha essa informação no mais absoluto segredo: “Mais um motivo para esconder muito bem escondido meu segredo, pois eles não toleram ver um preto ou uma preta saber alguma coisa que eles não sabem e que não é trabalho de força dos braços” (Cruz, 2024, p. 23).

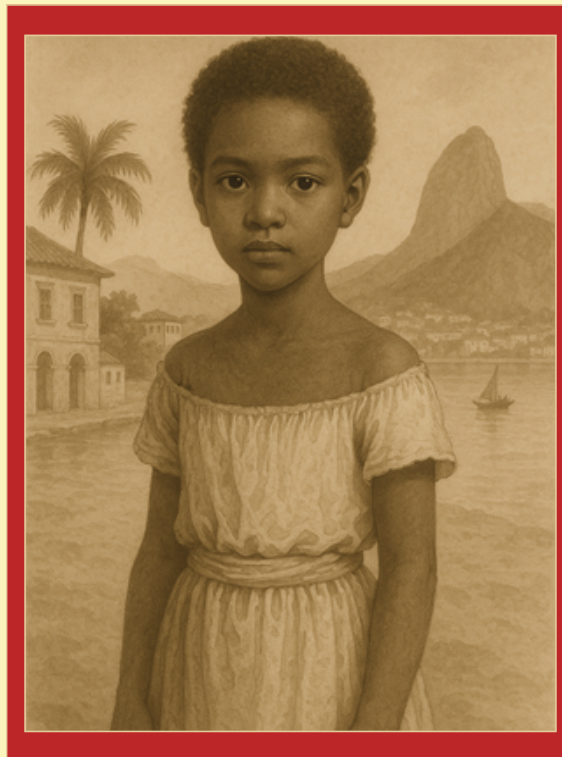
Como ela era responsável por levar, duas vezes por semana, os anúncios que seu dono publicava na Gazeta e também por levar para casa os exemplares do jornal, aproveitava para ler tudo o quanto podia na intenção de identificar algum anúncio de venda de alguns de seus irmãos negros ou, até mesmo, dela própria. Assim, em irmandade, os negros poderiam organizar formas de resistência, como, por exemplo, motins ou fugas.



Foi graças a minha leitura que pudemos nos adiantar e ajudar o moleque a escapular. Eu e o Marianno Benguela o ajudamos a fugir com uns ciganos que estiveram na hospedaria. Hoje sei que está em um quilombo lá pelo alto do Corcovado (Cruz, 2024, p. 24).

Muana utilizava seu saber com intencionalidade, pois fazia disso uma forma de resistência e luta contra a escravidão.



Figura 10 - Roza



Fonte: gerada por Inteligência Artificial

A personagem Roza é representada pela ideia dicotômica de fragilidade e força: “[...] menina tão frágil e ao mesmo tempo forte que era nossa pequena flor [...]” (Cruz, 2024, p. 40). A pouca idade não a impedia, também, de desempenhar, com maestria, as tarefas da casa onde vivia como escravizada. Assim como Muana, a menina, com idade entre dez e doze anos, vivia na casa da família do Sr. Bernardo Lourenço.





Estava em posse desta família desde muito criança. É possível que tenha nascido nas redondezas, talvez, filha de alguma mulher negra com algum senhor e, como era comum, afastada da mãe ainda na infância.^[2] Começou a ser abusada sexualmente pelo dono assim que “sangrou pela primeira vez aos 10 anos, e seu Bernardo espichou o olho pra ela” (Cruz, 2024, p. 63).

Era boa de lavar e engomar, mas era na cozinha que tinha sua melhor habilidade: “Roza cozinha a comida e a vida. Quando mexe em sua panela tem um poder” (Cruz, 2024, p. 62).

A menina evoca conhecimentos ancestrais e sua espiritualidade para manipular a energia dos alimentos de forma a transformá-los em armas poderosas. Para a vida ou para a morte. Foi assim com uma vizinha da hospedaria, a quem Roza tinha muito apreço, que levantou, miraculosamente, da cama depois de dias muito mal e com febre. Bastou receber um pouco da comida que a menina passara boa parte da noite preparando, para que se pusesse bem, “para o espanto da família, que já estava em busca do padre” (Cruz, 2024, p. 62).

Já com dona Inácia, esposa do Sr. Bernardo, a situação foi oposta. “A senhora era quem a infernizava. [...] Roza vivia com as mãos em carne viva pelas palmatórias, queimada, ferida [...]” (Cruz, 2024, p. 63). Dona Inácia percebia o interesse do marido pela menina e maltratava-a por isso. A resposta veio quando, no dia de sua morte,

Roza passou horas a cozinhar um mingau que nunca terminava. Mexia e remexia aquela enorme panela de ferro. Em dado momento a gata Lindalva eriçou seu pelo e ela deu o serviço como pronto. [...] Ela olhou pra cima e o Sr. Bernardo descia avisando que d. Inácia se fora. Todos no salão ficaram em silêncio. Roza, calmamente apenas fez um leve sinal com a cabeça e disse: agora podemos servir (Cruz, 2024, p. 63).

^[2] Essas informações não estão presentes no livro, contudo é possível inferir a partir do contexto histórico.





O poder de sua comida é mencionado em diferentes momentos do enredo, demonstrando como ela, mesmo jovem e fisicamente frágil, consegue usar esse saber a seu favor e fazer dele uma forma de resistência contra as violências da escravidão. Foi assim quando Nuno, um outro personagem do qual falaremos mais avante, precisou que o Intendente Paulo Fernandes Viana assinasse um documento involuntariamente, para assim conseguir a alforria de Tereza. Nuno sabia que Roza era a pessoa indicada para tal feito. Sabia que ela poderia auxiliá-lo, então, perguntou o que ela havia posto na comida, na ocasião em que ele conseguira resgatar as promissórias de uma dívida na casa do Sr. Bernardo Lourenço, logo após sua morte. Ela informou que não poderia revelar, “pois não é qualquer pessoa que pode ter acesso a certos poderes” (Cruz, 2024, p. 183), mas que faria pessoalmente. E assim foi. Nuno conseguiu o que precisava e, graças ao tempero de Roza, Tereza conquistou sua liberdade.

Figura 11 - Tereza Nagô



Fonte: gerada por Inteligência Artificial





Tereza Nagô é personagem de pouco destaque na obra, contudo ela representa a força e a resistência de milhares de mulheres negras que, assim como ela, viviam pelas ruas, exercendo diferentes tipos de trabalho, desde a prostituição até o comércio dos mais variados tipos de produtos; a única forma de arranjar algum dinheiro para comprar sua própria liberdade e dos seus, ou mesmo de sustentar suas famílias.

Era uma “escrava de ganho”. Passava o dia, pelas ruas, vendendo toda sorte de produtos e, “tinha que pagar quase todos os seus ganhos a sua senhora pela venda de bananas, laranjas, azeite de carrapato, bolo, cuscuz [...]” (Cruz, 2024, p. 37). Empenhava-se muito em suas vendas, pois, além de pagar a diária a sua senhora, “estava juntando cada mínimo cobre de reis para comprar sua alforria [...]” (Cruz, 2024, p. 38). Alforria esta que só alcançou graças aos esforços de Nuno, um jovem filho de uma mulher escravizada com um português, que vivia no Rio de Janeiro como muitos “mestiços” da época: sem pertencer nem ao mundo dos brancos nem ao dos negros. Nuno vivia em um não lugar, muito embora se identificasse muito mais com o mundo dos negros, tanto é que Tereza era sua grande paixão. Ela o desdenhava, mas, no fundo, gostava dele, porém sua única preocupação era vender, ao longo do dia, fizesse chuva ou sol, a quantidade de produtos suficiente para pagar a diária a sua dona e ainda sobrar algum para suas economias.

Impossível não relacionar Tereza Nagô à personagem Luiza, protagonista do livro “Um defeito de cor”, de Ana Maria Gonçalves (2023), que também encontrava no comércio de rua sua maneira de sobrevivência.

Um dos aspectos que mais chama atenção na personagem Tereza Nagô é pensar que existem, ainda hoje, muitas “Terezas” por aí. Eu mesma venho de uma família de “Terezas” e penso que, todas as vezes que nos deparamos com mulheres que cuidam sozinhas de suas famílias, sendo exploradas em trabalhos subvalorizados, sofrendo diferentes tipos de violências, são as “Terezas” que sobrevivem ao tempo e reinventam-se para continuar (re)existindo.





ABORDAGEM NA ESCOLA





ABORDAGEM NA ESCOLA

Colegas, ao abordar as relações étnico-raciais pela perspectiva literária, buscamos explorar novas maneiras de escrever e dialogar sobre raça e representação, com o propósito de transformar as imagens e significados que as sustentam (hooks, 2019).

Assim, dentre as muitas possibilidades de se trabalhar essa obra na escola, com estudantes do Ensino Médio, a proposta deste guia pedagógico é abordar temas relacionados à Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), a partir das personagens femininas Muana, Roza e Tereza Nagô e a maneira como cada uma delas fez uso de artifícios para, de alguma forma, resistir à escravidão e a todo o aparato de violências que a sustentou durante mais de três séculos no Brasil.

A partir de uma experiência realizada no Colégio Estadual Farroupilha^[3], na cidade de Farroupilha no Rio Grande do Sul, com estudantes do primeiro ano do Ensino Médio, foram realizados estudos e atividades com os de componentes curriculares Literatura, Língua Portuguesa e História, com atividades individualizadas em cada disciplina, mas, sobretudo, de forma interdisciplinar. E é a partir desta experiência e de pesquisa realizada para o Mestrado em Educação que este caderno foi concebido e, agora, apresentado para um público maior.

[3] Essa atividade foi apresentada na VII Jornada Ibero-Americana de Pesquisas em Políticas Educacionais e Experiências Interdisciplinares na Educação, cujo artigo é disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/591>.

Abordagens possíveis na sala de aula

Para orientar o trabalho em sala de aula, apresentamos, na sequência, sugestões de trabalho relacionadas à obra mediante a ideia de interdisciplinaridade, neste caso, envolvendo as áreas de Literatura e História.

Ressaltamos que apresentamos aqui algumas possibilidades, elaboradas a partir de objetivos traçados por nós, mas que não se esgotam no que está proposto na sequência. Entendemos que essas sugestões também podem servir de ponto de partida para novas atividades, incluindo outras áreas do conhecimento e adequadas a diferentes contextos escolares.

LITERATURA

Na disciplina de Literatura, nossa proposta é uma análise literária que busque a compreensão da obra e da mensagem nela contida, a partir de um processo que analisa personagens, estrutura, linguagem, contexto histórico e social e implicações da obra para a compreensão do racismo e condições da população negra contemporânea.





Estrutura narrativa (forma como a história está organizada, apresentação dos elementos da narração, tempo, espaço, enredo, narradores, etc.).



Recursos estilísticos (técnicas utilizadas para tornar o texto mais expressivo, criativo e impactante).



Estudo sobre a autora e seu lócus de enunciação.



Representação e protagonismo negro na literatura.





Análise das três personagens femininas explorando a questão da resistência à escravidão.

Estrutura narrativa

Conquanto o título *O crime do Cais do Valongo* sugira um romance policial, o que percebemos, ao longo do texto, é que esse crime é secundário em relação aos tantos outros que ocorrem ao redor dele. Aliando ficção e realidade, visto que a autora faz uso de anúncios de jornais da época (Gazeta do Rio de Janeiro e Jornal do Commercio) para introduzir cada capítulo, o romance revela vertentes históricas contra-hegemônicas. Segundo Eliana Silva dos Santos (2022), existem estudos que se esforçam para classificar *O crime do Cais do Valongo* como romance histórico ou policial, no entanto sua autora transcende essas perspectivas e apresenta uma “contranarrativa polifônica encabeçada por Nuno e Muana como líderes dessa desconstrução” (Santos, 2022, p. 17). Percebe-se a intenção de tirar do esquecimento as vozes de muitos que foram sendo apagadas com o passar dos anos.





Ainda conforme Eliana Silva dos Santos (2022, p. 18), “o tempo em O crime do Cais do Valongo é espiralar. É uma temporalidade não linear, em que presente, passado e futuro se entrelaçam”.

A obra tece uma narrativa que ultrapassa o previsível. Sendo escrita por uma mulher negra e tendo como pano de fundo a escravidão, tão mais fácil seria esperar a continuidade de uma tradição que se limita a expor a dor do povo negro. Contudo o romance revela uma narradora ativa e com objetividade, sustentada pelas raízes comunitárias que lhe moldam a essência (Santos, 2022).

Recursos estilísticos

A fim de tornar seu texto mais expressivo, criativo e impactante, a autora faz uso de recursos estilísticos, dos quais podemos apontar:

- a) Narrativa em primeira pessoa** — A história é contada por dois narradores, Muana e Nuno, e cada um, com suas características individuais, dá ao texto sua voz pessoal, subjetiva, criando, com isso, proximidade e envolvimento emocional com o leitor (Cruz, 2024):

Eu estava na areia, distraída, me divertindo com pequenos peixes, catando as conchas e pulando as ondas na beirada da praia. Como o oceano me fascinava! Quando me virei, encontrei-o e não vi minha mãe. Ele disse que ela precisou voltar às pressas e que o deixou encarregado de reunir as coisas e me levar de volta. Minha mãe sabia que ser humano nenhum consegue lutar com a natureza. Quando me deixou a sós com Umpulla, ela queria que acontecesse o que aconteceu (p. 104).





[...] Sou uma boa pessoa. Podem acreditar nisto! Herdei esta propriedade em que resido e estou só neste mundo. Solto como uma nau maravilhosamente sem rumo pelo oceano (p. 34).

[...] Sou um pardo, um mulato e fui criado ali, largado, solto entre os livros e pelas ruas fazendo pequenos serviços para a família do livreiro, enquanto meu pobre paí-padre morria afogado em seus remorsos [...] (p. 35).



b) Intertextualidade — Referências históricas e culturais que dialogam com o passado da escravidão e da cultura negra, enriquecendo o texto com múltiplas camadas de significado (Cruz, 2024):

Os reis vieram de Portugal no ano anterior e a cidade parecia explodir de tanta gente (p. 14).

[...] Nunca pude entender essa vida aqui. Como pode uma família vir de um homem? Como saberão se aquele chefe é mesmo filho do que veio antes dele? Em nossa aldeia, a mãe é o centro da família. Todo mundo vê o filho saindo de dentro dela. Os reis e as dinastias descendem dela, da mãe! (p. 48).

c) Linguagem simbólica — Uso de símbolos ligados à ancestralidade, resistência, liberdade e identidade negra, que conferem profundidade e um sentido mais amplo à narrativa (Cruz, 2024):







Cumprindo os rituais necessários quando um chefe morre, seu corpo foi posto em esteiras com cabaças embaixo para que a matéria se precipitasse nelas, suas vísceras foram retiradas e o corpo ficou ali até ressecar completamente e apenas restarem os ossos. Tudo isso era vigiado por guardas constantemente, pois feiticeiros poderiam retirar algum pedaço do corpo, principalmente ossos do chefe, e fazer com eles feitiços poderosos (p. 84).

Estudo sobre a autora e seu lócus de enunciação

Como já mencionado anteriormente, a autora da obra em análise, Eliana Alves Cruz, é uma mulher negra que dedica sua produção à valorização da história e cultura negra na literatura, tendo como característica marcante a presença feminina. Sobre a importância de pontuar o lócus de enunciação de cada autor, a pesquisadora Zilá Bernd (2011) aponta que a presença negra na autoria de produções literárias foi responsável pelo movimento da fala à escrita, fazendo nascer, assim, uma literatura com características próprias e que ela reitera a importância da denominação “literatura afro-brasileira”.

É justamente as lentes com as quais a autora vê o mundo, ou seja, sua condição de mulher negra, que possibilita que ela, nesta obra, “leve aos ancestrais a humanização que lhes foi tirada pela narrativa tradicional branca” (Santos, 2022, p. 12).





Representação e protagonismo negro na literatura



Eduardo de Assis Duarte (2015) infere que a literatura afro-brasileira realiza um movimento tal qual o Sankofa^[4], em que a busca pelo passado é fundamental para a compreensão do presente e projeções futuras. Segundo ele, “esse é o projeto que narra boa parte das narrativas de autoria afrodescendente empenhadas em construir uma especificidade perante os discursos vigentes no corpo multifacetado da literatura brasileira” (Duarte, 2015, p. 167), tendo como objetivo “demarcar um território literário onde tenham vez como perspectiva e linguagem da diferença étnica e cultural” (Duarte, 2015, p. 168).

Ao concluir seu trabalho intitulado “Margens da História: a revisitação do passado na ficção afro-brasileira, Eduardo de Assis Duarte (2015) reitera que a literatura afro-brasileira, com tons que vão da brincadeira ao inconformismo, é responsável por histórias que percorrem o caminho inverso ao tradicional, “projetando-a, também ao seu próprio processo de consistência” (Duarte, 2015, p. 187).

Contudo é possível observar, a partir dos escritos de Beatriz Nascimento (2021), que, desde os anos de 1970, há um debate entre intelectuais negros e não negros, em especial das áreas da filosofia, da educação e da literatura, voltado a produzir e demonstrar a necessidade de que a presença negra nas narrativas necessita passar por uma transformação que vai de objeto a sujeito, imprimindo, assim, suas próprias impressões, sentimentos e demarcando seu lugar de protagonista em sua própria história. Sob tal perspectiva é possível observar que a literatura afro-brasileira contemporânea tem realizado esse movimento, com autoras como Eliana Alves Cruz, Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves, apenas para citar algumas. Vale lembrar que, em tempos passados, Carolina Maria de Jesus já se colocava nesse cenário, a partir de suas escrituras.

[4] O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Pode ser traduzido por “não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu”. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/projeto-sankofa> Acesso em: 05 jul. 2025.





Umam escrevem, outras cozinham, outras vendem: análise das três personagens femininas explorando a questão da resistência à escravidão



Muana

Muana é o sopro vivo da ancestralidade negro-africana, fazendo vibrar memórias e revelando a tessitura de múltiplas culturas. Em seu corpo e em sua voz, a força da coletividade ergue-se como raiz, nutrindo um sistema tecido pela diferença — em resistência à imagem uniforme criada pela cultura branca (Santos, 2022, p. 12).

Chamo-me Muana Lómuè, sou filha de Mutando e Atinfa. Aqui em São Sebastião do Rio de Janeiro deram-me outro nome, mas toda a gente me conhece apenas por Muana. Nasci numa aldeia bem próxima a um enorme e lindo maciço de pedra. É o segundo mais alto de toda a Moçambique. Isso eu só soube anos depois de sair de lá. Não quero ser apenas ‘Moçambique’, como usam para chamar os que chegam de minha terra. Sou Lómuè. Este nome - Lómuè - eu adotei porque fala de onde vim e do que eu sou. Uma Macua-Lómuè. Existem vários macuas. Somos como os galhos da mesma imensa árvore, e nossas línguas apresentam algumas diferenças, mas são todas bastante próximas (Cruz, 2024, p. 43).

Muana resistia à escravidão devido ao domínio da leitura e escrita, característica raramente atribuída a personagens negras na literatura brasileira. Usava desse artifício para proteger a si e aos seus irmãos.





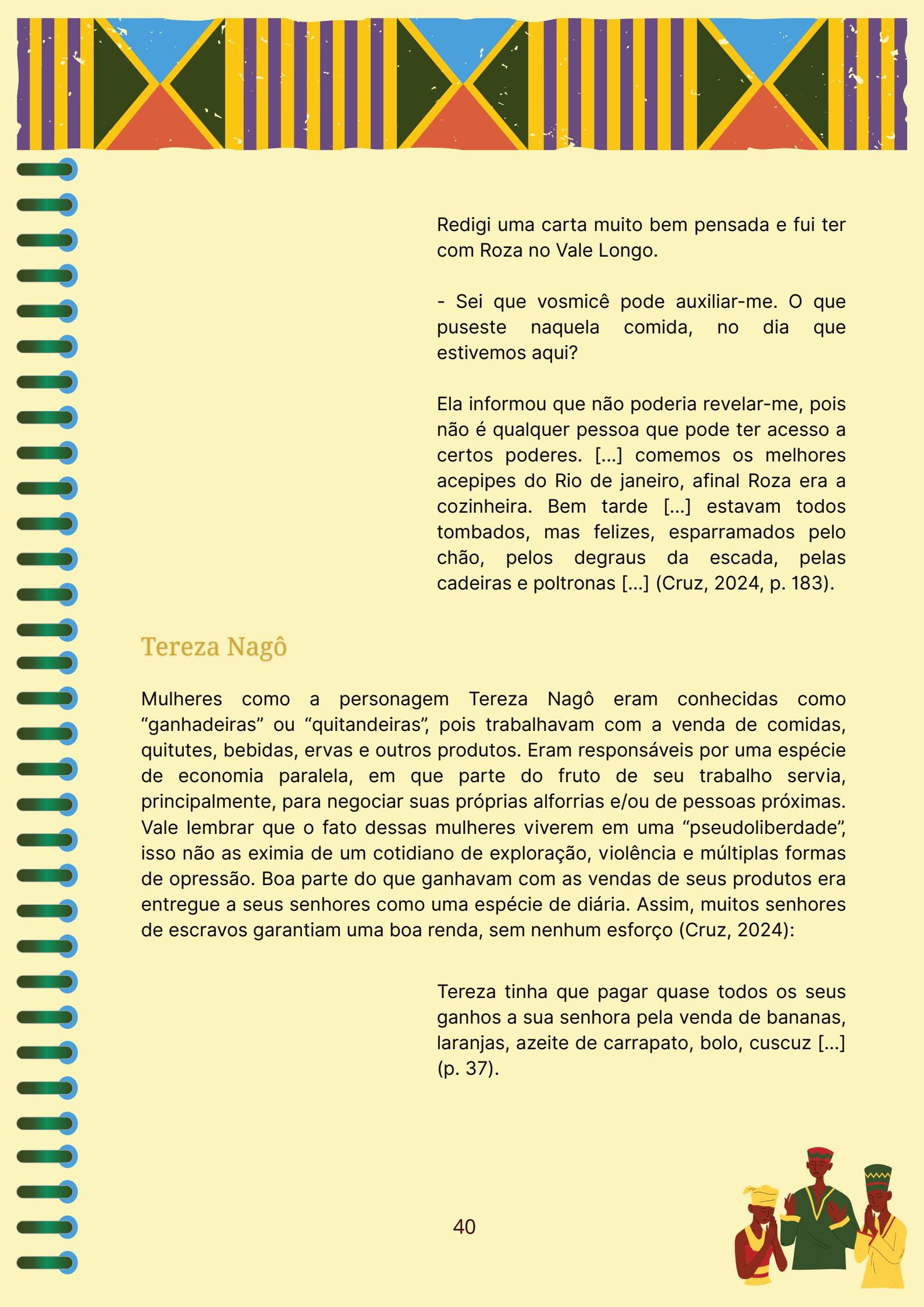
O Nathanael, coitado, quase foi para nos infernos, se eu não entendesse o que o senhor escrevia. Por isso, para saber sempre o que vão fazer esses senhores, agreguei outros treinos e letras ao que aprendi em minha terra e ao que a irmã Maria do Carmo me ensinou no Lazareto, mas ninguém pode jamais descobrir que eu leio os avisos que ele coloca na Gazeta e também as cartas que me manda pôr no correio. Não é bisbilhotice, como pode alguém dizer, mas proteção (Cruz, 2024, p. 19).

Roza

Apesar de ser uma personagem secundária na trama, Roza representa as sabedorias ancestrais africanas por meio de suas técnicas de manipulação de ervas e alimentos. Estuprada por seu senhor, o morto, desde muito menina, tinha na raiva que sentia dele, uma forma de resistência, “assim, a quituteira cozinhava seu sinhô esperando o dia da vingança final” (Santos, 2022, p. 18).

Um ensopado quente, com a pimenta na medida exata e carnes tão macias que desmanchavam na boca. A comida de Roza desceu como um acalanto pela garganta do Intendente [...] Não sei dizer se foi a comida, o vinho [...], mas ficamos um tanto dormentes. [...] Não conseguiam se mover e, mesmo eu, curtido pela vida em balcões, também fiquei atordoado [...] (Cruz, 2024, p. 131).





Redigi uma carta muito bem pensada e fui ter com Roza no Vale Longo.

- Sei que vosmicê pode auxiliar-me. O que puseste naquela comida, no dia que estivemos aqui?

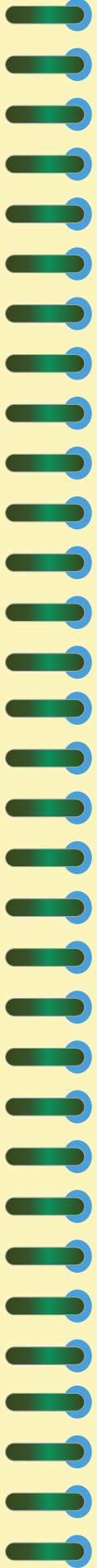
Ela informou que não poderia revelar-me, pois não é qualquer pessoa que pode ter acesso a certos poderes. [...] comemos os melhores acepipes do Rio de Janeiro, afinal Roza era a cozinheira. Bem tarde [...] estavam todos tombados, mas felizes, esparramados pelo chão, pelos degraus da escada, pelas cadeiras e poltronas [...] (Cruz, 2024, p. 183).

Tereza Nagô

Mulheres como a personagem Tereza Nagô eram conhecidas como “ganhadeiras” ou “quitadeiras”, pois trabalhavam com a venda de comidas, quitutes, bebidas, ervas e outros produtos. Eram responsáveis por uma espécie de economia paralela, em que parte do fruto de seu trabalho servia, principalmente, para negociar suas próprias alforrias e/ou de pessoas próximas. Vale lembrar que o fato dessas mulheres viverem em uma “pseudoliberalidade”, isso não as eximia de um cotidiano de exploração, violência e múltiplas formas de opressão. Boa parte do que ganhavam com as vendas de seus produtos era entregue a seus senhores como uma espécie de diária. Assim, muitos senhores de escravos garantiam uma boa renda, sem nenhum esforço (Cruz, 2024):

Tereza tinha que pagar quase todos os seus ganhos a sua senhora pela venda de bananas, laranjas, azeite de carrapato, bolo, cuscuz [...] (p. 37).





Tereza estava comprando cada mínimo cobre de reis para comprar sua alforria, mas, mesmo que possuísse o dinheiro, não era garantia de consegui-la. Ela dependia da concordância da senhora [...] (p. 38).

Não me passava pela cabeça o que deveria ser ter que sair todos os dias, com chuva, sol, tempestade ou lama; doente, são, com dores ou não; alegre, triste ou profundamente desencantado do mundo para vender e ter que entregar quase toda a totalidade dos meus ganhos a outrem que nem saiu da cadeira de balanço de sua sala. Também não saberia dizer o que é ser dado de presente, como Tereza o foi, por ocasião do casamento de sua senhora (p. 181).

Tereza ainda hoje é muito orgulhosa. Ofereci auxílio em diversas ocasiões para contribuir com a compra de sua alforria e ela nunca aceitou. Pois chegara o dia, finalmente. Ela bateu à minha porta no início daquela tarde, ofegante e radiante. Juntara 900 mil reis para comprar a si mesma (p. 181).

Tereza vibrou no primeiro dia em que vendeu e teve o lucro totalmente para ela. [...] como foi ganhadeira praticamente a vida toda, a rua era dela. Sabia cada encruzilhada, cada viela, cada pedra do calçamento desta cidade. [...] E ela apenas queria ter pela primeira vez em sua vida a sensação de também ser um navio maravilhosamente solto no oceano (p. 191).





HISTÓRIA

No componente curricular História, há uma série de temas que podem ser trabalhados, ao passo que é possível estar em consonância com a Lei n.º 10.639/2003 a partir de *O crime do Cais do Valongo*. Desde temas como o contexto histórico do Brasil no início do século XIX, colonialismo e tráfico transatlântico, organização social africana, entre outras possibilidades. Existe a possibilidade, também, de trabalhar com o que está disposto na Lei n.º 14.986/2024, que estabelece o ensino obrigatório das contribuições femininas no currículo escolar, nas perspectivas de gênero e na vivência das mulheres nas áreas científica, social, artística, cultural, econômica e política.

- a) Contexto Histórico** — As movimentações sociais e políticas na Europa, com a Era Napoleônica, resultaram na vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, tornando o Rio de Janeiro capital do Império e provocando intensas transformações em múltiplas estruturas do país, sobretudo, na região Sudeste. A escravidão, todavia, não foi extinta, ao contrário, intensificou-se ainda mais devido ao aumento da população, das obras de infraestrutura e do comércio, mormente nas regiões costeiras como Rio de Janeiro. O Cais do Valongo era o principal ponto de desembarque dos africanos escravizados trazidos para o Brasil, sendo o maior porto negreiro das Américas. A escravidão era o pilar da economia brasileira, principalmente ligada à produção de açúcar, café e outros produtos, sustentando uma estrutura social marcada por profundas desigualdades e violência.
- b) Tráfico Transatlântico** — Pelo olhar europeu, inicialmente, a rota Angola-Brasil era mais interessante para o comércio de escravizados, porém, com o aumento da demanda, devido à chegada da Família Real ao Brasil e à pressão inglesa para o fim do comércio na África central, os olhares







portugueses voltaram-se para a costa oriental. Com isso, com Quelimane, Moçambique tornou-se o principal porto de exportação de escravizados. No entanto, conforme crescia o número de pessoas sequestradas e traficadas, aumentava também o número de mortos a partir desse processo (Santos, 2022). Podemos perceber como Eliana Alves Cruz (2024) traz o tema para a ficção nos seguintes trechos:

O mar...ao mesmo tempo que emanava beleza e riquezas, também podia ser o palco da crueldade, pois era por onde vinham eles, os que tinham a chave para abrir a boca salgada do fim do mundo (p. 100).

Contei que depois da espera eterna, marcados a ferro, loucos, cansados, doentes, ou tão tristes que mal podíamos nos mover, finalmente embarcamos. O mar é um enorme rio salgado; impossível ver a margem oposta. O mar é o maior cemitério deste mundo. Quando aquele barco já estava havia 10 ou 12 dias no meio das ondas, começou a febre, a dor no corpo todo, na barriga e os vômitos. Quando as feridas com pus começavam a aparecer, as bexigas, o capitão não tinha dúvidas e jogava a 'carga' no mar para não contaminar as outras (p. 136).

O Cais do Valongo, no Rio de Janeiro, era o principal destino desses africanos no Brasil. Aqueles que, embora todo o suplício da viagem, não sucumbiam, eram levados ao Lazareto ou direto para o mercado do Valongo para serem vendidos. Aqueles que não suportavam a extenuante e desumana viagem tinham como destino o Cemitério dos Pretos Novos.







c) Aspectos da sociedade africana — A Lei n.º 10.639/2003 é objetiva ao apontar a obrigatoriedade dos estudos sobre História da África e dos africanos. Assim, ao trazer elementos histórico-culturais da sociedade moçambicana da época, *O crime do Cais do Valongo* possibilita o cumprimento dessa lei à medida que, em diferentes momentos da história, Muana relata detalhes sobre os modos de vida antes da travessia (Cruz, 2024):

O verde que domina a paisagem no meu local encantado impressiona. Todo o povoado transborda com uma abundância de espécies de plantas e animais que só existem lá. O solo fértil onde minha família plantava milho e criava cabras abrigava dezenas de casas circulares de terra batida e telhados de palha. Havia um rio, o Licungo, com milhares de pedregulhos em sua extensão, onde nós, crianças, nos divertíamos quando ele não estava muito cheio e bravo (p. 45).

Deixem-me contar que a história da criação dos homens por Nipele é linda. A mais bonita que já ouvi. Ela fez germinar homens a partir das raízes de um Embondeiro que existe dentro do Monte Namuli - a chamada árvore dos mil anos, imensa! Já viu um? Aqui chamam mais esta árvore pelo nome de Baobá. A Grande Mãe mandou quatro de seus filhos descerem o Namuli para humanizar os territórios do norte do Rio Zambeze. Este povoamento alastrou-se passando por Nampula, Tete, Cabo Delgado, Niassa, Malawi até o sul da Tanzânia. Somos muitos! (p. 47).







Os forasteiros havia séculos fomentavam as rixas locais com o único fim de ganhar. E escravizar é o mesmo que lucrar muito. [...] Os do litoral entravam pelo interior em rotas caravanas e rotas de comércio que geravam muitos ganhos. Em pouco tempo, os mesmos homens portugueses, castelhanos, islâmicos e indianos fizeram suas próprias caravanas para buscar braços. Esses caravaneiros forneciam aos chefes do interior uma quantidade alta de armas, pois eles queriam aqueles paus de fogo para se proteger nas suas guerras internas. O problema é que isso os jogou imediatamente no gigante e devorador comércio de gente (p. 52).

d) Participação feminina na História — Evidências indicam que, a partir dos seis anos, estereótipos de gênero passam a impactar a tomada de decisão das meninas, desencorajando-as a interessar-se por determinadas áreas do conhecimento. Tal processo resulta, de forma cumulativa, na sub-representação feminina em setores e carreiras de elevado prestígio social e profissional (Agência Senado, 2024).

Assim, a partir do PL 557/2020 foi aprovada, em 10 de setembro de 2024, a Lei n.º 14.986/2024, tornando

[...] obrigatório em todo o país o estudo sobre as contribuições de mulheres à humanidade. Os currículos dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e privadas deverão abordar as experiências e as perspectivas femininas na história do Brasil e do mundo (Agência Senado, 2024).





Embora *O crime do Cais do Valongo* seja uma obra literária e seus personagens fictícios, é possível trabalhar a referida lei a partir da relação que se pode construir com figuras reais da história brasileira, como é o caso de Luiza Mahin, por exemplo. De acordo com Armando Avena (2019, contracapa):



Em janeiro de 1835, quase mil escravos, todos vestidos de branco, tomaram a cidade de Salvador por um dia, com o objetivo de libertar os escravos e criar um Estado Islâmico no Brasil. E entre eles havia uma mulher: uma guerreira negra [...] de nome Luiza Mahin.

Recentemente, foram identificados documentos referentes ao registro de batismo de Luiz Gama, uma das maiores personalidades negras do Brasil e um dos grandes nomes da luta abolicionista. Os documentos comprovam que ele era filho de Luiza Mahin, e muito mais do que isso, comprovam a existência histórica dela, que já, há tempo, vem sendo mencionada como uma grande figura feminina da resistência negra no Brasil e símbolo do Movimento Negro (Instituto Luiz Gama, 2025).

As três figuras femininas presentes na obra e apontadas neste caderno pedagógico, Muana, Roza e Tereza Nagô, ainda que fictícias, remontam a história de milhares de mulheres negras vivendo em diáspora no Brasil. ou resultante dela, que resistiram à escravidão de diferentes formas. Muitas dessas mulheres não têm seu devido reconhecimento histórico na construção cultural, econômica, política e social do país.

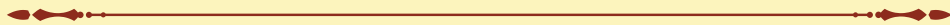
Vale lembrar que as mulheres negras, assim como Tereza Nagô, sempre trabalharam, mesmo antes da luta feminina pelo direito ao trabalho, e deram sua contribuição para a economia do país. Muitas mulheres como Muana foram grandes estrategistas e lideranças políticas frente a seus grupos, lutando por liberdade e outros direitos. E outras tantas como Roza, detentoras de saberes ancestrais, serviram de alicerce para uma construção cultural poderosa que serviu de apoio nos momentos mais difíceis, como na reformulação dos laços





de família, bruscamente destruídos pelo processo colonial e na reconexão com a ancestralidade.

Posto isso é possível, portanto, construir uma relação entre as Leis n.º 14.986/2024 e n.º 10.639/2003 com as três personagens da obra, a fim de reconhecer mulheres negras com papel preponderante na história do Brasil, como é o caso da própria Luiza Mahin, já citada, mas também Maria Felipa, Tereza de Benguela, Esperança Garcia e tantas outras.





AGRADECIMENTOS





AGRADECIMENTOS

Agradecemos profundamente a cada leitor e leitora que percorreu estas páginas com atenção, sensibilidade e abertura ao diálogo. Este material foi construído com o propósito de contribuir para reflexões críticas e práticas pedagógicas comprometidas com a equidade racial e com a valorização da diversidade.

Reconhecemos que a abordagem das relações raciais na educação é um processo coletivo e contínuo, que depende do empenho de cada profissional na escuta, no aprendizado e na ação. Desejamos que estas sugestões possam inspirar novos caminhos, fortalecer práticas já existentes e, sobretudo, reafirmar o compromisso de todos nós com uma sociedade mais justa e inclusiva.

Nosso sincero agradecimento por fazer parte dessa caminhada!





REFERÊNCIAS





REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGÊNCIA SENADO. 2024. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/09/26/nova-lei-garante-ensino-sobre-as-grandes-contribuicoes-de-mulheres-a-humanidade>. Acesso em: 10 ago. 2025.

AVENA, Armando. **Luiza Mahin e o estado islâmico no Brasil**. São Paulo: Geração Editorial, 2019.

BERND, Zilá. Da voz à letra: itinerários da literatura afro-brasileira. **Via Atlântica**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 29-41, 2010. DOI:

<https://doi.org/10.11606/va.v0i18.50737>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/viaatlantica/article/view/50737>. Acesso em: 10 jun. 2025.


BRASIL. **Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília-DF: Ministério da Educação, 2021.

Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/centrais-de-conteudo/acervo-linha-editorial/publicacoes-diversas/temas-interdisciplinares/diretrizes-curriculares-nacionais-para-a-educacao-das-relacoes-etnico-raciais-e-para-o-ensino-de-historia-e-cultura-afro-brasileira-e-africana>. Acesso em: 10 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de Racialidade: A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.



CONFERÊNCIA MUNDIAL DE COMBATE AO RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA, 3, 2001, Brasília.

Declaração de Durban e Plano de Ação. Brasília: Ministério da Cultura/Fundação Cultural Palmares, 2001.

CRUZ, Eliana Alves. **O crime do Cais do Valongo.** Rio de Janeiro: Malê, 2024.

DUARTE, Eduardo de Assis. Margens da História: a revisitação do passado na ficção afro-brasileira. *In*: SISCAR, Marcos; NATALI, Marcos (Org.). **Margens da Democracia:** a literatura e a questão da diferença. Campinas: Editora da Unicamp/Editora da USP, 2015.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas/Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFUGUEL, Ramón. (orgs.) **Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018, p. 223-246.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor.** 32. ed. Rio de Janeiro: Record, 2023.

INSTITUTO LUIZ GAMA. Disponível em: <https://www.facebook.com/institutluizgama/posts/documentos-in%C3%A9ditos-sobre-a-origem-do-advogado-e-abolicionista-luiz-gama-foram-e/1158504359641808/>. Facebook. Acesso em: 10 ago. 2025.

IPHAN – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Sítio Arqueológico Cais do Valongo Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo_versao_Portugues.pdf. Acesso em: 20 maio 2025.

MUNANGA, Kabenguele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2005-2006.

NASCIMENTO, Beatriz; RATZ, Alex (org.). **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

OLIVEIRA, Juliana Nascimento de; LIMA, Lenir Teresinha de Paula de; MARCHETTO, Suelen. Estudo da Obra “O crime do Cais do Valongo” em Sala de Aula: relato de experiência. **Revista Nova Paideia/Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 875-886, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36732/riep.v6i3.591>. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/591>. Acesso em: 12 jun. 2025.

SANTOS, Eliana Silva dos. **Morte e Ancestralidade em O crime do Cais do Valongo**. 2022. 343fl. Dissertação (Mestrado em Literatura e Cultura) – Universidade Federal da Bahia - UFBA, Salvador, 2022.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. Valongo. In: SCHWARCZ, Lilian Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (Org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

